

PAULUS Social

REVISTA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS



Ano I – Nº 2 | Julho – Setembro 2019

PÓS-GRADUAÇÃO PAULUS

**PAULUS É PIONEIRA EM PÓS GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM GESTÃO E SERVIÇOS DO SUAS**
CURSO É REFERÊNCIA PARA PROFISSIONAIS
QUE DESEJAM SE QUALIFICAR EM POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- PARCEIROS EM AÇÃO

RIOS, PONTES E PARCERIAS: AS ARTICULAÇÕES
DE CONVIVÊNCIA NO PERNAMBUCO

- REFLEXÃO

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO
DE VÍNCULOS E A POESIA CONCRETA:
ALGUMAS TRAVESSIAS



ASSISTÊNCIA SOCIAL **PAULUS**

“Para além das leis nacionais, sempre extrapolamos, por convicção e por princípios, a prevalência de qualquer calendário de bondades, e escolhemos estar na fila de quem defende os territórios da autonomia do indivíduo na relação com sua comunidade, no protagonismo no seu meio, na proteção das novas gerações.”

Paulo Bazaglia
Diretor Geral PAULUS

Em parceria com outras organizações da Assistência Social, nosso Núcleo de Formação, Pesquisa e Disseminação Social promove ações que despertam crianças, jovens e adultos para o protagonismo cidadão, o desenvolvimento de capacidades e a conquista de direitos. E todo esse trabalho se traduz em grandes resultados!

- 290** Municípios mobilizados
- 480** Pesquisas na área social
- 382** Formações realizadas
- 8.400** Instituições atendidas diretamente
- 10.900** Horas de formação
- 17.330** Certificados emitidos
- 8.000.000** Materiais de apoio distribuídos nacionalmente

Os resultados apresentados aqui resumem a nossa atuação em diversas esferas da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, entre os anos de 2012 e 2018.

NOVOS TEMPOS



Com o início do segundo semestre, a nova edição da revista *PAULUS Social* traz consigo o senso de continuidade necessária e persistente. Mantendo-se fiel ao compromisso de propor amplas perspectivas sobre a Assistência Social, esta edição ilustra parte dos caminhos já percorridos este ano, seja demonstrando o resultado de algumas formações e parcerias ou insinuando novos passeios pelos quais se enveredar.

A matéria de capa debruça-se sobre uma dessas conquistas, narrando o histórico – e perspectivas – da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Serviços do Sistema Único de Assistência Social, atividade de Assessoramento pioneira promovida pela PAULUS, que conclui agora a segunda turma.

Já a seção “Quem faz o SUAS acontecer” retorna com artigos elaborados, que mais uma vez se dispõem a debater algumas das particularidades relacionais da Política Nacional de Assistência Social. Desta vez, os três artigos tratam, à sua maneira, de dinâmicas de convivência.

“Parceiros em Ação” traz o perfil de uma parceria coletiva elaborada com os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do litoral pernambucano, que gera atividades em diversos municípios da região.

Por fim, o artigo da editoria “Opinião” desta edição versa pontualmente sobre nossa cotidiana contemporaneidade líquida, enquanto “Reflexão” encerra a revista, debatendo sobre como a arte e a poesia podem germinar maravilhosos caminhos e novas óticas para a convivência.



Ano I – Nº 2 | Julho – Setembro 2019
ISSN 2596-2264

A *PAULUS Social* é uma publicação do Departamento de Assistência Social, mantido pela PIA Sociedade de São Paulo – PAULUS

PAULUS

Rua Francisco Cruz, 229
Vila Mariana – São Paulo/SP

Diretor geral

Paulo Sergio Bazaglia

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PAULUS

Gerente de Assistência Social
Dulcinéia Reginato Francisco

Gerente de Marketing

Fernando Mendes

Coordenador de Marketing

Samuel Lima

Direção de arte

Thiago Rodrigues

Comissão de publicação

Aurimar Pacheco Ferreira,
Coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social; Alberto Nascimento Filho, Analista de Projetos Sociais; Mira Lopes, Analista de Projetos Sociais; Denilson de Castro, Analista de Projetos Sociais

Arte e diagramação

Thiago Rodrigues

Reportagem

Alberto Nascimento Filho
e Matheus Macedo

Edição de texto

Roberta Molina

Revisão

Isabela Talarico

Colaboradores

Raissa Lemos Rocha
Bruna Carolina Monteiro Dal Fabbro
Gislene Ferreira dos Santos
Vanessa D'Amato
Carolina Antunes Monteiro
Jane Cândida de Oliveira
Maria do Carmo Amorim
Marina Carvalho de Moura
Priscila Candida Gonçalves Garcia
Amanda Cristina Rodrigues de Jorge
Ana Cláudia Pereira da Silva

Maria de Fátima Landim Almeida
Olga Benedita Maria
Patrícia Fernanda Silva
Patrícia Santos Mergulhão
Sílvia de Souza
Fabio Maganha

Tiragem

2000 exemplares

Impressão

Gráfica PAULUS

Contato

Assistência Social PAULUS
Tel.: 5081-7420
social.com@paulus.com.br
paulus.org.br

Fotos

Arquivo pessoal da PAULUS
e banco de imagens iStock



Capa

6

PAULUS é pioneira em Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e Serviços do SUAS

12

Opinião

Que esse mundo retorne com outro nome



Quem faz o SUAS acontecer

14

Reconhecimento da legitimidade da família, em todas as suas possibilidades de configuração, como referência para o atendimento em serviços e programas socioassistenciais

18

Quem faz o SUAS acontecer

Do mundo analógico ao virtual: as transformações do mundo virtual nos serviços de convivência hoje



Quem faz o SUAS acontecer

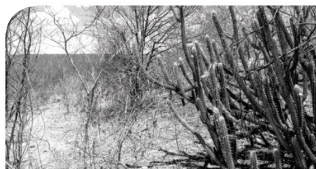
22

Um lugar chamado esperança: a história de Helena

26

Parceiros em ação

Rios, pontes e parcerias: as articulações de convivência no Pernambuco



Reflexão

29

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a poesia concreta: algumas travessias

PAULUS É PIONEIRA EM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO E SERVIÇOS DO SUAS

Por Redação

CURSO É REFERÊNCIA PARA
PROFISSIONAIS QUE DESEJAM
SE QUALIFICAR EM POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Para contribuir na especialização da Política Pública, o departamento de Assistência Social da PAULUS compartilha, em sala de aula, todo o conhecimento e experiência de anos de trabalho de quem acompanhou e participou de todo o processo de regulamentação da Política Pública de Assistência Social nas últimas décadas. Com propriedade, a coordenação do departamento, em conjunto com a Faculdade PAULUS de Comunicação – FAPCOM, avança na capacitação de profissionais que estão ou desejam trabalhar na área.

O PROCESSO

A Constituição Federal de 1988 é um marco para a cidadania no país quando trouxe para a pauta nacional o conceito de Assistência Social como política pública. A Carta Magna estabeleceu o Sistema da Seguridade Social, um conjunto de políticas sociais cujo fim é amparar e assistir o cidadão e sua família nos seus ciclos de vidas distintos. Com a instauração tardia dessa Política Pública, surgiu um debate no país acerca do modo como deveria ser dirigida a gestão da Assistência Social, que passou a exigir mais profissionalismo e competência técnica de seus agentes.

Segundo Aurimar Pacheco Ferreira, coordenador do Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação



Social e professor da FAPCOM, durante décadas as pessoas que habitavam essa prática social não regulamentada como política pública depositavam seus possíveis anseios nas próprias subjetividades benevolentes e generosas. Com o marco constitucional, a profissionalidade exigida passa pela adequação das ofertas da política à legislação e a elevação do nível da qualidade da intervenção dos profissionais nos territórios de trabalho.

Após quase trinta anos do reconhecimento da Assistência Social como Política Pública, a formação profissional de qualidade é sempre um evento a ser procurado com lupa, no amplo e atual mercado de capacitações disponíveis no país. “No campo da Assistência Social, o fenômeno se agrava, pois há diversas abordagens sobre uma legislação relativamente recente e um emaranhado de concepções que negam e afirmam a caminhada dessa incipiente política pública no país, seguindo díspares olhares”, afirma Aurimar.

Para participar de forma incisiva da superação das deficiências na formação dos profissionais da Assistência Social, a PAULUS lançou, no ano de 2016, a primeira



Foto: iStock

pós-graduação *lato sensu* em “Gestão em Serviços do SUAS” (Sistema Único da Assistência Social), que oferece capacitação acadêmica presencial, gratuita, reconhecida e qualificada pela PNAS – Política Nacional de Assistência Social. Para chegar a esse patamar, foram necessários muitos anos de caminhada, com formações continuadas, planejadas e permanentes para o público da área.

Entretanto, esse trabalho com a Assistência Social foi iniciado pelos Padres e Irmãos Paulinos ainda na década de 1960. Na época, a PAULUS credenciou-se com o poder público para contribuir com a sociedade brasileira a partir de ações coordenadas e permanentes. Já no ano de 2006, deu início à sua adequação programática à Política Nacional de Assistência Social, fazendo do SUAS sua pauta principal, fosse para usuários, trabalhadores ou gestores das redes pública e privada.

No ano de 2011, foi criado o Núcleo PAULUS de Formação, Pesquisa e Disseminação Social, principal responsável por realizar atividades de reflexão das práticas profissionais, promovendo um intercâmbio de milhares

de experiências de todas as regiões do país. Aurimar Pacheco conta que, ao longo das formações ofertadas pela PAULUS, desenvolveu-se um currículo vigoroso de abordagem do cotidiano da Assistência. “Como complemento a essa prática do dia a dia, discutimos também, em curtos e médios processos formativos, a acolhida, a elaboração de projetos, a captação de recursos para as organizações, o marco regulatório das organizações da sociedade civil, além de relatórios técnicos, famílias contemporâneas, convivência e esportes paralímpicos, questões de gênero e diversidade de raça, *bullying* comportamental, ética e convivência etc.”, relata.

Após esse longo período de prática coletiva, os profissionais da Assistência Social da PAULUS começaram a observar um desejo do público de aprofundamento na discussão sobre temas da política que requerem mais tempo de análise, pesquisa e debate. Assim, foi lançado o curso de Pós-Graduação em Gestão do SUAS, com o objetivo de munir os profissionais da área com ferramentas necessárias para a operação desse sistema.

CAPA

Para Cleusa Kazue Sakamoto, doutora em Psicologia do Desenvolvimento Humano e professora da FAPCOM, a criação de um curso de Pós-Graduação na área da Assistência Social é de grande relevância, pois dá suporte a profissionais que estão nos bastidores da vida social. “A assistência social chega para populações de grande vulnerabilidade, em um país que tem uma desigualdade extraordinariamente grande e urgente de ser atendida. Este setor de trabalho busca resgatar a dignidade do cidadão. Trabalhar com a cidadania é um passo fundamental num caminho de engrandecimento de um país. Nós precisamos tomar consciência da necessidade urgente de cuidar do cidadão”, afirma.

O cenário de desigualdade social no Brasil contribui para o pensamento de que o país deve ter uma maior consciência da necessidade de atender a população mais pobre. Em lista publicada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que inclui 189 países, o Brasil aparece atualmente como o nono país mais desigual do mundo.

Em novembro de 2018, a Oxfam Brasil, ONG integrante de uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as

injustiças em todo o planeta, publicou um relatório apontando que o índice de desigualdade social no Brasil estagnou em 2017. Segundo a organização, é a primeira vez que isso ocorre nos últimos quinze anos. O relatório revela que o país apresentava queda na desigualdade desde 2002, o que deixou de acontecer entre 2016 e 2017. O documento ainda aponta que o número de pobres aumentou 11% em 2017, atingindo 7,2% da população brasileira, o que equivale a 15 milhões de pessoas. Diante desses dados, a ideia de uma Pós-Graduação com direcionamento forte, focado no cotidiano dos profissionais e usuários, torna-se mais que necessária.

De acordo com Amanda Massuyama, formada em Serviço Social e pós-graduanda do curso de Gestão do SUAS, é imprescindível que existam mais cursos para capacitação e profissionalização do trabalhador do SUAS, pois somente assim ocorrerá o fortalecimento da identidade política da Assistência Social. Já Elaine Marques, também pós-graduanda, acredita que a continuidade dos estudos na atualidade se faz necessária em qualquer área do conhecimento. “Ampliar o olhar é essencial e imprescindível para a atualização profissional”, afirma.



Foto: iStock.

OS ESTUDOS E O DIA A DIA PROFISSIONAL

O suporte oferecido pela FAPCOM facilitou o processo para a realização do curso. Entre os principais pontos estão a possibilidade de validar os documentos de formação pela FAPCOM, a decisão de sempre privilegiar a formação no formato presencial, o diálogo com a rede pública e privada da Assistência Social no país inteiro, o acesso físico à faculdade em São Paulo, as condições de estudo oferecidas, o grupo de facilitadores com formação acadêmica sólida (nível mínimo de mestre), a militância exponencial nos diversos segmentos das políticas sociais e a experiência prática na gestão pública e privada dos equipamentos da política. A Pós-Graduação conta com carga horária de 360 horas, com aulas as segundas e sextas-feiras. Os estudantes têm contato com nove disciplinas, além de práticas investigativas e o Trabalho de Conclusão de Curso.

O reconhecimento do trabalho feito pela Assistência Social da PAULUS resultou em grande procura pelo curso. As duas primeiras edições da Pós-Graduação contaram com mais de mil inscritos para 90 vagas, representando uma meta e conquista para milhares de profissionais, usuários e gestores do SUAS. Para Aurimar, a expectativa de procura para a terceira edição é ainda maior, evidenciando que é necessário que outras instituições com igual capacidade deem oportunidade de formação gratuita a esse público, haja vista a flagrante manifestação de interesse de uma maioria que não se via em condições de acessar esse conhecimento.

O professor Carlos Eduardo S. Aguiar, doutor em Sociologia e docente da FAPCOM, teve seu primeiro contato com a Assistência Social por meio da disciplina "Comunicação e tecnologia a serviço do SUAS", que ministra no curso de Pós-Graduação. Em suas aulas, Carlos Eduardo visa fornecer uma visão global sobre a sociedade contemporânea, marcada sobretudo pelo advento das comunicações digitais e em rede. "Nessa sociedade altamente conectada é fundamental que o especialista em Gestão e Serviços do SUAS saiba posicionar sua atuação e de sua organização, minimizando ameaças e potencializando oportunidades, compreendendo essa realidade não meramente como instrumentos de comunicação e divulgação das mensagens, mas como um ambiente que habitamos", afirma.

Ele conta que ficou surpreso com a qualidade dos profissionais que entraram no programa de Pós-Graduação. "Apesar da natureza teórica da disciplina, os alunos se envolveram de maneira muito ativa e os debates realizados em aula foram absolutamente ricos, tanto do ponto de vista das problematizações como da conexão com casos práticos da profissão", diz.

Amanda Massuyama é exemplo quando se trata da conexão entre as aulas da Pós-Graduação com a prática do dia a dia. A estudante conheceu o curso por meio de colegas de graduação que sempre participavam das formações de curta duração que a PAULUS oferece. Iniciou sua carreira em 2013, com a primeira equipe do Núcleo de Proteção Jurídico Social (NPJ), que estava sendo implantada no CREAS (Centro de Referência Es-

pecializado de Assistência Social) do bairro do M'Boi Mirim, na zona sul da capital paulista. Desde 2016, compõe a equipe da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), onde é gestora de parcerias. "O curso é exatamente a execução do meu trabalho, os conteúdos conversam muito com meu cotidiano, auxiliando nos desafios diários da defesa da Assistência Social", relata Amanda. A história de Elaine Marques é semelhante. A coordenadora de um CREAS no município de Francisco Morato, na Grande São Paulo, conheceu a Pós-Graduação quando participava de um curso de extensão "Família Acolhedora", se interessou e resolveu se inscrever. Sua escolha não a decepcionou. Ela acredita que o conhecimento teórico adquirido no curso dá força para operar dentro de sua área, ajudando a elaborar estratégias de atuação, além de poder trocar experiências em sala de aula.

A professora Cleusa Sakamoto, responsável por ministrar as aulas de Metodologia Científica, disciplina obrigatória em todos os cursos de pós-graduação e que dá suporte para que os estudantes desenvolvam o TCC, afirma que as duas turmas realizadas foram criteriosamente escolhidas para dar oportunidade aos alunos que nunca tinham feito nenhum curso de pós-graduação.

"É um grupo diferente e especial, de pessoas que têm um comprometimento com o curso e abraçaram a oportunidade como proposta de aprimoramento profissional. Fiquei muito impressionada com alguns alunos que eram coordenadores e gestores de CRAS e CREAS; pessoas engajadas, com grande espírito crítico e empenhadas em estudar e fazer a diferença", conta.

Com esses resultados, o objetivo agora é reaplicar todo o currículo já aprovado nas próximas turmas. Amanda Massuyama ressalta que a Pós-Graduação, ao mesmo tempo que amplia o conhecimento, mostra a todos os profissionais da área que isso é somente o início – e que todos os trabalhadores necessitam de capacitações e preparo técnico para consolidar o fazer profissional.

O coordenador do curso, Aurimar Pacheco, afirma que os próximos editais contemplarão condições para processo seletivo em formato gratuito e a possibilidade de atendimento daqueles com disponibilidade para acessar o curso por outra via de investimento. Esses são apenas pequenos passos para garantir e fortalecer as Políticas Públicas de Assistência Social.



Foto: Divulgação

START



SUA EVOLUÇÃO



Entre as Melhores Faculdades de Comunicação do Brasil (MEC)

BOLSAS
DE ATÉ **100%**



Jornalismo



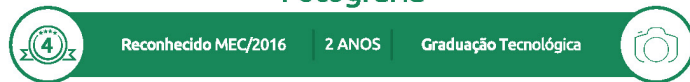
Filosofia



Rádio, Tv e Internet



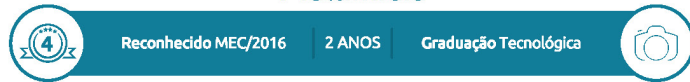
Fotografia



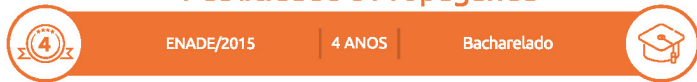
Relações Públicas



Multimídia



Publicidade e Propaganda



Audiovisual



Mais que um nome,
CONTEÚDO.



fapcom.edu.br
0800 709 8707

QUE ESSE MUNDO RETORNE COM OUTRO NOME

Por Raissa Lemos Rocha

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman analisa a sociedade a partir da contemporaneidade, definindo-a como líquida, fugaz, onde tudo se acaba ou flui em instantes, não existindo nenhuma garantia de como as coisas serão, seja daqui a cinquenta anos ou cinco minutos. Em rota de saída do “antropocentrismo”, que tem o homem ontológico como centralidade, para uma “nova era” da qual ainda somos estrangeiros, não sabemos como nos comportar, qual o fluxo dessa nova sociedade.

Baseadas nas ideias e nos princípios de Bauman existem duas realidades extremamente necessárias para o equilíbrio social e pessoal: liberdade e segurança. Como acréscimo e consolidação da ideia, o autor crava: “Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é o caos e desordem”.

Partindo desse ponto de vista, percebo que o mundo atual vive uma bagunça em que a maioria não sabe o que faz ou por que faz o que faz. Buscam-se determinadas coisas, ou algo que não se sabe bem o que é, em uma caminhada sem rumo. O que antes era precioso, considerado imprescindível para a vida

que vale a pena viver, agora é subjetivado, sem valor coletivo e, portanto, descartável.

Família, planos, futuro, bases seguras de análise já não existem. Muitos daqueles hábitos que antes eram especiais, agora são considerados comuns e sem grande importância. Pergunto-me: até onde posso chegar? Por qual estrada devo trilhar minha vida? A partir de quais parâmetros devo partir para buscar meu desenvolvimento pessoal? Como me encontro em meio a tantas pessoas perdidas e como amadurecer diante de tantas ideias imaturas? Como ser melhor para os outros quando vivo diante de tanto egoísmo e um orgulho sem grande sentido?

Infelizmente a sociedade não me dará essas respostas, pois também não as tem e não sabe como se posicionar diante dos assuntos sólidos e permanentes, uma vez que vive na realidade do instantâneo, em que as coisas e as pessoas não podem se manter atadas aos seus planos e buscando respostas para as questões mais profundas. Ao contrário, exige que todos vivam em uma onda, uma bolha onde não existe um “eu consistente” e sim uma negação da minha busca; o que



Foto: iStock

“ Sinto como se não pudesse buscar “algo mais profundo”, como se estivesse agindo de forma errada por não querer me adaptar àquilo que é passageiro, sem raiz, que não tem história. ”

conta é somente o que está na moda, no auge, na alta temporada, “no maior sucesso da última semana”.

Realmente toda essa situação é frustrante e desanimadora. Sinto como se não pudesse buscar “algo mais profundo”, como se estivesse agindo de forma errada por não querer me adaptar àquilo que é passageiro, sem raiz, que não tem história. Parece que a sociedade me cobra ser diferente, isto é, para agir como se tudo estivesse bem, como se essas questões de valor, moralidade e ética fossem coisas do passado, que hoje se tornaram obsoletas.

Hoje, resolvo que não quero viver como se as coisas não fizessem sentido, como se um destino imutável me esperasse, em que a realidade é inconstante e me são proibidos os vínculos duradouros. Um mundo em que não posso, infelizmente, ser aquilo que não sou; devo ser um personagem, alguém que só sobrevive, não um ser humano pensante, que está muito vivo, alguém que tem sua vida nas próprias mãos. Que faz sua história, constrói laços, que desenvolve e usufrui suas mudanças, sem jamais perder sua essência, personalidade e razão de existir.

Talvez haja outros caminhos, outras soluções que direcionem esta nova forma de vida que temos nesse tempo, em que existem facilidades e ganhos pessoais que não podem ser negados. Por outro lado, precisamos de algo que não nos deixe inseguros e desejosos de uma proposta-guia, de sentido identitário, individual, que nos ajude a consagrar uma verdade onipresente, atemporal. Uma assertiva maneira de ver o mundo que esteja viva em cada um de nós, no ponto mais importante de nossa existência. Um encontro com uma “realidade daquilo que é”.

Esse encontro pode nos salvar. Seja do abismo, da escuridão, da angústia que assombra a humanidade e cada um em particular. Reformulemos, talvez, até a forma de ser feliz. É preciso foco, descobrir os porquês da própria vida e qual combate estamos lutando, qual estrada estamos seguindo.


Posso suspeitar que de uma forma ou de outra um dia seremos cobrados por aquilo que não fizemos por nós mesmos, por simplesmente fingir que estamos habituados e esta mentira passageira de que não é preciso “ser de verdade”. Basta mostrar o que se tem à mão naquele momento ou o que quisermos que seja visto, para que sejamos aceitos.

Se não encontrarmos esta verdade mais profunda que cada um de nós tem, o mundo líquido e a sociedade sem princípios perdurarão por muito tempo, até que as coisas cheguem a um fim, mesmo que esse mundo retorne com outro nome, com outra aparência, ainda que com sua fluidez, desordem e valores ainda hoje não concebidos.

Eu quero ser livre, quero ser quem sou, quero ter vontade própria, segurança, mas não quero nada disso de forma passageira. Quero de verdade! Mesmo que seja difícil, que demore muito a chegar e o custos sejam altos, me determino cada vez mais a não me vender, e sim a ser quem sou: alguém única, especial e viva.

Raissa Lemos Rocha é aluna do 3º semestre do curso de Relações Públicas da FAPCOM – Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação. Texto produzido para a disciplina Sociologia Geral, 2018.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

A series of paper cutouts of human figures holding hands, arranged in a line across the top half of the page. The figures are dark red and have their arms raised, holding the hands of the adjacent figures. The background is a lighter shade of red.

RECONHECIMENTO DA LEGITIMIDADE DA FAMÍLIA, EM TODAS AS SUAS POSSIBILIDADES DE CONFIGURAÇÃO, COMO REFERÊNCIA PARA O ATENDIMENTO EM SERVIÇOS E PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS

Por Bruna Carolina Monteiro Dal Fabbro,
Gislene Ferreira dos Santos
e Vanessa D'Amato

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) apresenta um conceito de família múltiplo, desenvolvido a partir de transformações estruturais. Concebe a família de forma ampliada “como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade” (Brasil, 2004, p. 90), compreendendo as variadas configurações que a família pode assumir, podendo ser um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Esse conceito é o foco do trabalho da PNAS e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), compreendendo que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão, de alguma maneira, vinculados à família, seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços, seja no início do ciclo de vulnerabilização e violação de direitos, que gera a necessidade de que o indivíduo seja alvo da atenção da referida política (Brasil, 2005).

Os atendimentos às famílias devem ser realizados de forma processual, priorizando a centralidade sociofamiliar, de forma que as famílias passam a ser vistas como possuidoras de características peculiares e como ativas em seu processo de desenvolvimento, e não como “alvo” de uma ação dos programas e serviços socioassistenciais. A família passou a ocupar o ponto de maior relevância do trabalho social. Sposati (2009) conceitua centralidade familiar como a forma de trabalho que coloca a família como principal agente de socialização primária e locus privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, da proteção e do cuidado com seus membros.

Considerando as diversas possibilidades de arranjos familiares, as peculiaridades de cada família devem ser levadas em consideração para o atendimento socioassistencial.

A família é reconhecida como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social (Brasil, 2004) e o eixo estruturante da gestão do SUAS, sugerindo um trabalho junto à família como possibilidade de atuação integral e não fragmentada. A matricialidade sociofamiliar preconiza as famílias com suas necessidades e peculiaridades, entendendo-as como sujeito coletivo. Pensar a matricialidade sociofamiliar significa compreender qual família o profissional está atendendo e o momento e situação social em que ela se encontra, com a perspectiva de gerir tais aspectos e ações a partir de suas especificidades, considerando as suas vontades.

Os serviços e programas socioassistenciais devem considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, considerando as funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros, constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais e de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que essa capacidade resulta não de uma forma ideal, mas de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores.

“ A família é reconhecida como núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. ”



Foto: iStock

No Brasil, é possível observar famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem a violação dos direitos de seus membros, em especial de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

Em muitos casos, observam-se dificuldades no cumprimento das funções de proteção básica, socialização e mediação, o que fragiliza também a identidade do grupo familiar, tornando mais vulneráveis seus vínculos simbólicos e afetivos. Mais do que fatores socioeconômicos e necessidade de sobrevivência, a dinâmica das famílias precisa ser compreendida em seu contexto cultural, inclusive ao se buscar identificar as origens e os fatos de sua situação de risco e de suas dificuldades de participação social.

As situações de risco demandam intervenções diversificadas, necessitando de atuação em problemas específicos e/ou abrangentes. As estratégias de atenção sociofamiliar devem visar a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências

morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua conquista de autonomia. É importante ressaltar que o foco deve estar no fortalecimento dos vínculos entre os membros de cada família, não em um retorno à visão tradicional.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pelo desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias, com referência territorializada, que valoriza e promove o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo mapa ativo dos indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando continuamente os deslocamentos entre o público e o privado,



Foto: iStock.

bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Entretanto, é necessário observar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e, geralmente, também por desigualdades. É igualmente importante compreender que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm a mesma relevância de alguns anos atrás.

Reconhecendo-se então a importância da família na vida social, sua proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Essa ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal.

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. Assim, essa perspectiva de análise reforça a importância da política de Assistência Social no conjunto protetivo da Seguridade Social, como direito de cidadania, articulada à lógica da universalidade.

Texto produzido como Trabalho de Conclusão de Curso da formação "As novas configurações sociais no núcleo familiar brasileiro", do Projeto InovaSUAS.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi reconhecer as novas possibilidades e organizações familiares e compreender o impacto dessa organização particular para o atendimento e intervenção social no grupo familiar.

Pesquisas sobre população e condições de vida apontam as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, desencadeando mudanças significativas na organização das famílias. Essas transformações desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis.

Reconhecer a matricialidade familiar e a relação entre a estrutura familiar e a demanda por atendimento social contribui para o desenvolvimento de estratégias que proporcionem a autonomia e a participação democrática das famílias em prol do acesso aos direitos e cidadania. Dessa forma, a participação das famílias nas decisões e projetos, o desenvolvimento de habilidades sociais dos indivíduos e das famílias, o fortalecimento da comunidade, grupos, famílias e rede de apoio e associação para o desenvolvimento de projetos locais e trabalhos em grupo são relevantes para o desenvolvimento e acompanhamento do trabalho social.

**QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER**

DO MUNDO ANALÓGICO AO VIRTUAL: AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO VIRTUAL NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA HOJE

Por Carolina Antunes Monteiro,
Jane Cândida de Oliveira,
Maria do Carmo Amorim,
Marina Carvalho de Moura
e Priscila Candida Gonçalves Garcia

É perceptível para qualquer orientador social a existência de um distanciamento entre a efetivação dos eixos orientadores dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Convivência Social, Direito de Ser e Participação) e as particularidades do mundo virtual, haja vista que os idosos demonstram insegurança em abraçar novas tecnologias pela falta de conhecimento e habilidades.

Todavia, apesar do pouco contato com o mundo virtual, os idosos já conseguem mensurar os impactos deste no mundo real. Uma vez que são oriundos de uma geração analógica, esses usuários estabelecem parâmetros e determinam um tempo para ficar no mundo virtual sem prejuízo do mundo real, utilizando a virtualidade para fortalecer os laços cotidianos. Entretanto, seu acesso ao virtual ainda é escasso, provocando ocasionalmente o afastamento do convívio social e da participação.

“

Os indivíduos que conheceram o mundo analógico têm uma habilidade única – a capacidade de notar como a introdução da tecnologia no mundo mudou a maneira como as pessoas se relacionam.

Harris M., *O fim da ausência*, 2014.

”

Em contrapartida, os adolescentes “nativos digitais” vivenciam o mundo virtual de forma plena e conquistam seu espaço na sociedade; eles se comunicam, participam desse espaço, convivem nele. Tal relação, no entanto, acontece prioritariamente por meios de avatares que se sobrepõem ao mundo real, pois esses jovens permanecem a maior parte do tempo conectados.

Durante entrevistas, observamos o nível de aproximação e/ou domínio dos(as) usuários(as) com o ambiente virtual. Entre os resultados de pesquisa, a palavra “insegurança” no uso das ferramentas digitais se destacou como lacuna para ambos os públicos, em diferentes vertentes. O público dos idosos manifesta insegurança, majoritariamente, em estabelecer novos relacionamentos, fazer aquisições de serviços e/ou produtos e explorar o mundo virtual de modo geral, principalmente quando há necessidade de fornecer dados pessoais.

Ao descreverem cautela e zelo para o fornecimento de informações pessoais, percebemos que esse universo desconhecido torna-se um empecilho para avançar em novas descobertas tecnológicas. Enquanto isso, os adolescentes relacionam a insegurança no campo da exposição como uma instabilidade pessoal



Foto: iStock

(não firmada ainda), mediada por uma transmissão de informações representativa.

Identificamos um ponto comum entre os entrevistados: a “insegurança” no que tange o universo tecnológico, a exposição do “ser” transcendendo as relações interpessoais, estabelecendo novas formas de sociabilidade, considerando que o universo tecnológico ampliou os meios de comunicação e transformou a maneira como as pessoas se relacionam umas com as outras, impactando na vida social.

Zygmunt Bauman, na obra *Modernidade líquida*, explica que o surgimento de novas tecnologias e a globalização contribuíram para a perda da sensação de controle sobre os processos do mundo, trazendo incertezas quanto à capacidade humana de se adequar aos novos padrões sociais, que se liquefazem e mudam constantemente.

Nesse contexto, entendemos que nos dois campos de pesquisa a insegurança prevalece ainda que multifacetada; na atual conjuntura, esse é um dos impactos trazidos pela era tecnológica e o mundo virtual. Outro fator preponderante é a situação de isolamento que advém dessa sensação de insegurança. O desafio é como superar essa insegurança, uma vez que ela é produto da atualidade.

Foi realizada uma entrevista com perguntas fechadas sobre o tema. O público-alvo foi composto por adolescentes com idades entre 15 a 17 anos e idosos com idades entre 60 a 90 anos.

As questões foram definidas a partir dos seguintes tópicos:

- **Tem acesso à internet e o que ela representa?**
- **Que tipo de reações estabelece nas redes sociais?**
- **De quais grupos participa nas redes sociais?**
- **Quanto tempo permanece conectado?**
- **Que dificuldades encontra no uso da internet?**
- **O que facilitaria a sua utilização do mundo virtual?**
- **Quais os impactos das redes sociais em sua vida?**
- **Quais pesquisas realiza na internet, nos aplicativos e nas redes sociais?**
- **A internet supera ausências de relações interpessoais?**
- **Em seu convívio social e familiar, costuma dialogar sobre o uso da internet?**

As pesquisadoras se dividiram em cinco grupos com três entrevistados, para os quais foram aplicados os questionários.

Eis algumas respostas do grupo de idosos quando questionados sobre observação de efeitos e usos da internet:

- “**Sim, (uso a internet para) superar ausência do esposo, falecido há 9 meses.**”
- “**Sim, tenho um limite; oriento os netos para não que não fiquem no celular na hora da refeição e de fazer a lição, pois temos um membro da família que está em tratamento em razão do uso excessivo nas redes sociais.**”
- “**Preciso de alguém com conhecimento ao meu lado para me orientar e facilitar o uso da internet.**”
- “**Algo bom, pois tenho acesso às notícias que me interessam e posso me aproximar dos familiares e amigos distantes, que não vejo com frequência.**”
- “**Fico conectado menos de duas horas ao dia, normalmente uso o (aplicativo de mensagens instantâneas) WhatsApp para conversar no grupo da família.**”
- “**Compartilho sobre política, apenas com o grupo da família.**”
- “**Peço à minha filha para pesquisar sobre medicamentos, receitas de comida e saúde.**”

Com base nos resultados de diversas entrevistas, identificou-se que as ferramentas mais utilizadas para manter relações virtuais são o WhatsApp, o Facebook, o Instagram e YouTube. Vale ressaltar que as respostas dos dois públicos entrevistados foram praticamente unânimes no que diz respeito ao uso dessas ferramentas. Contudo, estes divergiram no que diz respeito ao tipo de notícias que compartilham: enquanto os adolescentes propagam atividades culturais, shows e eventos gratuitos, ressaltando o seu direito de pertencer a um grupo e sua convivência social/virtual de maneira ampliada, os idosos se interessam pela divulgação de política, priorizando a participação cidadã. Um dado importante é que os idosos se preocupam em compartilhar notícias apenas entre aqueles com quem estabelecem relações de confiança.

Uma pergunta em particular, elaborada com o intuito de verificar a relação da internet com o convívio familiar, trouxe controvérsias. Enquanto os adolescentes entendem que a internet os afasta dos familiares, os idosos pontuaram que ela proporcionou uma aproximação, tanto de familiares próximos como dos distantes. Percebemos um paradoxo em relação à resposta dos adolescentes, haja vista que a resposta prevalecente para a pergunta “Com quem você costuma se comunicar virtualmente?” foi “Com os familiares”.

Nas relações familiares saudáveis e em algumas situações sociais positivas, os idosos ensinam o conhecimento do envelhecer e transmitem a memória cultural e valores éticos fundamentais de seu grupo, enquanto as outras gerações lhes ensinam os conhecimentos tecnológicos e os colocam em contato com as transformações sociais em curso.

De acordo com Ferrigno (2003, pp. 45-46), a construção social das gerações é continuamente construída, desconstruída e reconstruída; a geração é o que permanece como categoria estrutural, e as relações entre elas são sempre refeitas. Dessa forma, em cada mudança e transformação novas relações determinam novos comportamentos, manifestados em valores morais e expectativas de conduta para cada geração em diferentes etapas da história.

Os idosos possuem o discernimento e a capacidade de estabelecer limites no âmbito do mundo virtual; já os adolescentes são detentores de habilidades tecnológicas e têm domínio dessas ferramentas. A intergeracionalidade é

capaz de transpor as barreiras tecnológicas e transmitir maior segurança em um mundo onde a insegurança prevalece.

Fundamentados nos pesquisadores referidos e em nossas observações durante a pesquisa, sugerimos a intergeracionalidade como ponto de equilíbrio, visto que ela promoverá a materialidade do mundo virtual no SCFV.

Para realizar um trabalho de aproximação em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma alternativa é desenvolver canais de interação social entre os dois públicos-alvos. Estes devem ser acompanhados por orientadores

sociais. Posteriormente, tal percurso deve proporcionar situações de encontro presencial em locais que garantam o acesso à internet de forma gratuita no território, preferencialmente fora dos equipamentos dos serviços, visando à amplitude de acesso para além dos SCFV. Nesse encontro devem ser debatidos os resultados e as avaliações dos exercícios na prática, objetivando o uso das ferramentas com segurança e efetividade.

Dessa forma, promovem-se as potencialidades dos adolescentes em instruir os idosos por meio de suas habilidades virtuais, bem como as dos idosos, por meio da segurança estabelecida através dos encontros, subsidiada no aprendizado interpessoal e geracional.



Foto: iStock

Texto produzido como Trabalho de Conclusão de Curso da formação "Convivência e fortalecimento de vínculos hoje: do território ao mundo virtual", do Projeto InovaSUAS.

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

UM LUGAR CHAMADO ESPERANÇA

A HISTÓRIA DE HELENA

Por Amanda Cristina Rodrigues de Jorge,
Ana Cláudia Pereira da Silva,
Maria de Fátima Landim Almeida,
Olga Benedita Maria,
Patrícia Fernanda Silva,
Patrícia Santos Mergulhão
e Sílvia de Souza

Eu sou Helena, tenho 37 anos e moro na zona leste de São Paulo. Minha família mora aqui há muito tempo. Tive uma infância difícil, assim como a maioria dos meus amigos que são filhos de famílias pretas e pobres. Aprendi muito cedo que, se você foge dos padrões de beleza, com certeza sofrerá algum tipo de preconceito – e eu sempre fui uma criança gorda. Com quinze anos, já pesava mais de noventa quilos; acabei me isolando e abandonei a escola, porque não queria que me vissem assim. Não queria sentir aqueles olhares maldosos sobre mim; não gostava de ouvir as pessoas me chamando de gorda, baleia, e rindo de mim.

Ainda na adolescência, em uma festa no bairro, conheci alguém e me apaixonei. Engravidei, o relacionamento não deu certo e fui abandonada pelo pai da minha filha. Passei a morar em dois cômodos cedidos pela minha mãe e, apesar de toda a dificuldade que enfrentei na gestação, estava feliz e ansiosa para ter o meu bebê, que hoje é uma moça linda, minha razão de viver, minha companheira, minha melhor amiga. Thais agora está com 16 anos. Depois que ela nasceu, passei a pesar quase 150 quilos. Não conseguia sair de casa e tive dificuldade para cuidar da minha filha com poucos recursos. Sem poder trabalhar no mercado formal, trabalhava como manicure em casa, contando apenas com ajuda dos parentes e de poucos amigos.

Junto com o aumento de peso, vieram também os problemas de saúde. Fui diagnosticada com transtorno misto: ansioso e depressivo, doença pulmonar obstrutiva crônica presumida, tabagismo, obesidade grau III, hipertensão secundária à obesidade e artrose no joelho. Atualmente, com quase 230 quilos, saio de casa poucas vezes no mês. Um dia precisei sair – e isso é tão raro que, quando saio, parece que está tudo diferente, e dessa vez estava mesmo. Havia uma placa no final da rua Esperança, onde se lia “Serviço da Assistência Social à Família (SASF)”. O bairro sempre foi muito carente de serviços públicos. Segundo o panfleto no portão, o espaço era um serviço público de caráter continuado e de apoio ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Lajeada e integrava o Sistema Único de Assistência Social – SUAS da cidade de São Paulo. O panfleto apontava que os principais objetivos do serviço tinham a ver com convivência e garantia de direitos, além de mais um monte de palavras bonitas. A verdade é que eu não sabia o que queria dizer metade do que estava escrito ali; só entendia que era um serviço de assistência.

Ao retornar para casa, olhei novamente para o panfleto, pensei mais um pouco sobre o serviço e acabei colocando o papel em um lugar qualquer. Logo uma cliente chegou e tratei de concentrar minha atenção em suas unhas, para realizar o melhor trabalho possível. Perguntei-lhe se havia visto o serviço que abriram na rua; ela disse que tinha observado a placa, mas que ainda não sabia ao certo o que era aquele lugar. Tinha ouvido dizer que era o local de cadastramento para o Bolsa Família.

Na semana seguinte, escutei alguém bater palmas no portão e, de onde eu estava, perguntei quem era. A pessoa respondeu que era da Assistência Social e que trabalhava no serviço que havia sido inaugurado próximo à minha casa. Sim, aquele mesmo serviço cujo real objetivo eu estava me perguntando qual seria. Desci e abri o portão. Deparei com uma moça com avental azul e verde, que se identificou como Mara. Ela esclareceu que o serviço atenderia famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família, Renda Cidadã, Renda Mínima e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Perguntou se eu recebia algum desses benefícios, e eu respondi que recebia o Bolsa Família. Perguntou também se eu tinha interesse em ser acompanhada pelo serviço. Respondi que naquele momento não estava interessada e que não gostava de receber visitas de pessoas estranhas em minha casa, xeretando a minha vida. Mara sorriu e disse que eu seria bem-vinda caso quisesse conhecer o serviço e participar das atividades oferecidas.

Passaram-se alguns dias e o Bolsa Família foi bloqueado em razão da baixa frequência escolar da Thais. Fiquei desesperada porque, embora o valor fosse baixo, o benefício era, basicamente, minha única fonte de renda. Preocupei-me também com a baixa frequência escolar de minha filha, já que ela sai de casa todos os dias para ir à escola. Mais tarde, nesse mesmo dia, vi a Mara passando na rua e a chamei. Pedi que viesse até o portão e expliquei o que tinha acontecido com o meu benefício. Mara logo me explicou o que precisava ser feito, falei da necessidade que tinha desse benefício e que seria um mês difícil sem o dinheiro para comprar comida. Ela falou que o serviço poderia me fornecer uma cesta básica até que o benefício fosse liberado. Convidei Mara para entrar e pedi que me explicasse melhor como funcionava o serviço. Conversamos por horas; contei sobre minha história, falei das minhas angústias, preocupações e, principalmente, das minhas dificuldades sem conseguir trabalhar por problemas de saúde. Foi então que ela me falou do BPC. Eu já havia ouvido falar que era um benefício do governo e tentei obter mais informações, mas o que eu ouvia era que quase ninguém conseguia e acabei deixando para lá. Então, Mara me informou que:

“Conforme a Lei da Assistência Social, consideram-se elegíveis ao BPC pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, cuja renda familiar per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente.

Mara me orientou a solicitar o laudo necessário ao médico com o qual eu fazia acompanhamento para que ela pudesse realizar o agendamento na agência do INSS. Fiquei aflita por ter de sair de casa, por causa das dificuldades que enfrentaria: as conduções públicas não são adaptadas para pessoas do meu tamanho, sei que teria que enfrentar os olhares das pessoas e ficaria dias na cama com dores no corpo, que viriam após realizar esforço físico. Mara explicou que eu tinha chance de conseguir o benefício, por me encaixar nos critérios exigidos com relação à saúde e à renda *per capita*.

No mês seguinte, já com a data do agendamento, Mara entrou em contato, o que me deixou em alerta; pensei em desistir, mas precisava do benefício para melhorar nossa situação, precisava cuidar de mim e da minha filha. No dia marcado, minha filha Thais e a Mara me acompanharam até a agência do INSS. Após a consulta, fui orientada a aguardar a resposta em casa. Após um mês recebi a resposta: o benefício havia sido negado, como eu já esperava. Fiquei decepcionada; havia feito tanto sacrifício para conseguir chegar até ali. Mara havia explicado que eu estava dentro dos critérios exigidos por lei, então não entendi por que não tinha conseguido. No entanto, ela me alertou que isso poderia acontecer e que, se acontecesse, teria como recorrer. Fiquei apreensiva quando ela entrou em contato perguntando se poderia agendar uma nova perícia, já explicando também que eu teria que passar por tudo novamente sem nenhuma certeza de que seria aprovado, mas que, caso não fosse, ela iria recorrer novamente. Pensei que nunca tinha recebido tanto incentivo assim, então concordei. Teria que passar por tudo isso novamente.

Refeita a perícia, esperei ansiosa a resposta, tentando não criar expectativas, porque sabia que poderia ser não. Semanas depois, liguei no SASF e conversei com a Mara, perguntei se tinha como ela saber se o benefício havia sido aprovado. Mara falou que entraria em contato com agência do INSS e retornaria ao final do dia com a resposta. Por volta das 17h, Mara ligou e informou que o BPC havia sido aprovado.

Confesso que foi um dos poucos momentos emocionantes da minha vida. Sei que para muitas pessoas essa quantia é insignificante, sei que não dá para fazer muita coisa com este valor, porém, em minha vida fará toda a diferença. Lembrei quanta coragem tive que ter para sair de casa e enfrentar todos os meus fantasmas, para tentar melhorar nossa condição de vida. Esse benefício, para além da ajuda financeira e da autonomia que me proporcionaria, tinha também um sabor diferente: de vitória, superação e esperança.





Foto: iStock.

| CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante a implantação de serviços públicos dentro dos territórios com alto índice de vulnerabilidade social, considerando sempre a escuta ativa e a interlocução com o território. Um serviço em que você escuta a história de pessoas como a dona Helena, que repetia sempre o discurso de que “não ia conseguir o benefício, porque essa coisa de governo nunca dá certo” – o perigo de uma história única. Foi muito importante para ela perceber-se como sujeito de direito e entender o benefício com um direito previsto na Política de Assistência Social, não como ajuda. A forma como a assistente social Mara trabalhou as limitações e as inseguranças de dona Helena fizeram toda a diferença para que ela rompesse com as barreiras já construídas em torno dos serviços da Assistência.

Texto produzido como Trabalho de Conclusão de Curso da formação “A arte de contar histórias: estratégias e técnicas para construirmos novas narrativas na profissionalização e qualificação da Assistência Social”, do Projeto InovaSUAS.



RIOS, PONTES E PARCERIAS: AS ARTICULAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NO PERNAMBUCO

Por Alberto Nascimento

A articulação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da Região Metropolitana de Recife começou seu percurso com um propósito: garantir a atuação do Programa Direito e Cidadania de forma efetiva e continuada no litoral de Pernambuco. De lá para cá, a parceria com o grupo garantiu não apenas a aplicação cada vez mais efetiva do Programa, como também o estabelecimento de outras atividades do Assessoramento da PAULUS na Região.

Contando hoje com a participação ativa da coordenação dos SCFV de quinze municípios, a primeira atividade, ocorrida em 2016, aconteceu como resultado da mobilização dos Serviços de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A elaboração do coletivo se deu por conta da demanda evidente por capacitações na região. A articulação com o programa de Assessoramento da PAULUS possibilitou um processo de for-

mação permanente que não depende apenas do poder público, garantindo aos próprios municípios autonomia de processo de qualificação.

Edson Lima, atual coordenador dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Recife, sinaliza que é muito perceptível que os municípios carecem de um momento de formação que não seja somente um evento; algo contínuo, realmente alinhado com aquilo que a política de capacitação permanente prega: percursos formativos que tenham substância. “A principal procura que a gente percebe é por momentos de formação, nos quais a equipe pare para pensar seus processos de cotidiano de trabalho e os processos que desenvolve nos municípios”, diz Edson.

O atendimento de tal demanda se manifesta de forma descentralizada e focada na horizontalidade de funções dos municípios participantes. A história que está sendo construída aqui é uma história de luta

sobretudo pela classe trabalhadora, por quem faz os serviços, em busca de algo que melhore sua atuação. Isso em uma perspectiva dialética, de troca. Nenhum município se destaca para ser o município formador. “Além da articulação com a PAULUS, são estruturados conjuntamente pelas coordenações para definir quais serão as metodologias e, a partir disso, gera-se uma divisão de tarefas: cada município se responsabiliza por uma parte desses momentos. Tentamos fazer cada encontro em um município diferente, para que cada território perceba a sua importância. A ideia de realizarmos os momentos em diversos municípios é também para que cada município se sinta também participante e responsável”, explica Edson.

IMPACTO DO PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA

O impacto do Programa Direito e Cidadania, observado graças à mobilização coesa dos municípios, abriu terreno para a realização de outras atividades em conjunto com esta parceria. O Programa possui metodologia própria, que utiliza livros elaborados especificamente para o uso nos Serviços de Convivência como ferramenta para fomentar percursos formativos.

Em 2017, ocorreu a primeira formação para orientadores sociais na região metropolitana de Recife. Natan da Silva, um dos concluintes dessa turma, cita que o processo foi de fundamental importância. Para ele, é possível dar um norte ao papel do orientador social e sua atuação na Política da Assistência Social: “A gente não tem tido esse tipo de formação com muita facilidade. As formações vêm muito para as áreas técnicas, mas para o orientador é raro. O curso caiu como uma luva; ele nos deu uma base teórica muito forte no campo da política. O campo do fazer tem até quem domine: a metodologia, a dinâmica do processo, a forma de conduzir. Mas a gente tem certa distância do campo teórico, porque isso geralmente acontece voltado para o ensino superior”, diz.

A partir da experiência de sucesso no litoral, uma articulação semelhante passou a ser elaborada na região do Agreste Pernambucano. Edson Lima explica que sempre identificou naquela região a necessidade de maior pluralidade de formações. A partir dessa demanda, a Articulação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Agreste Central mobilizou-se. Em 2018, ocorreu na cidade de Caruaru a primeira formação do Programa Direito e Cidadania no estado de Pernambuco, fora da região metropolitana de Recife.

“A experiência em Caruaru foi ótima”, cita Natan, que guiou o processo formativo na ocasião. “Primeiro porque

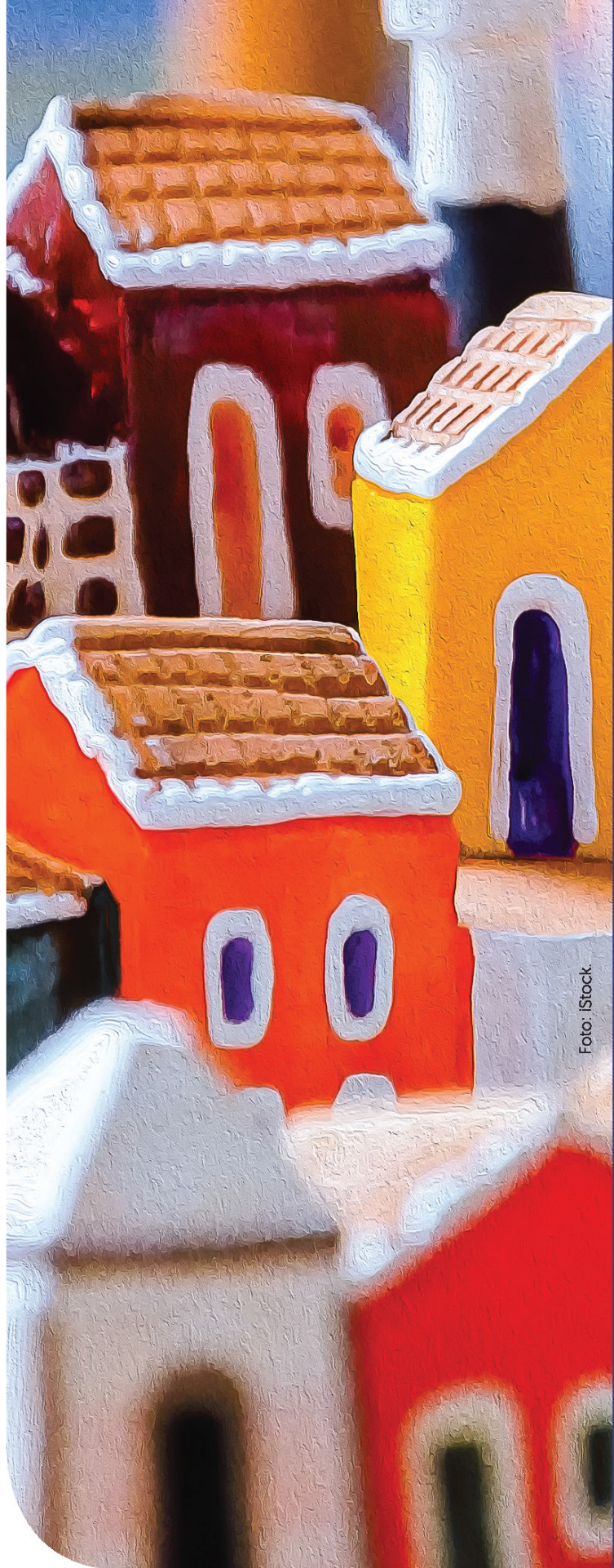


Foto: iStock

PARCEIROS EM AÇÃO

“você está levando o conteúdo para uma região que geralmente não tem acesso. A Política de Assistência Social no interior ainda tem muito de assistencialista. Levar esse conteúdo sobre política pública chega a gerar um choque, principalmente por fazer o pessoal entender que é algo que vai além do assistencialismo, que está ligado a outras políticas públicas. Por outro lado, a gente reconhece que não pode simplesmente desvalorizar o que eles constroem, porque isso vem de um processo cultural; não é algo que você desconstrói do dia para a noite”. Natan conclui, sinalizando um pouco da metodologia utilizada durante a formação: “A gente fez o processo partindo do que eles tinham como experiência e então fazendo a desconstrução e o amarre da discussão”, enfatiza.

No ano de 2019, o retorno a Pernambuco se dá pela nova formação para orientadores sociais. Claudia Maria Carlos, coordenadora dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da cidade de São Lourenço da Mata, que recebeu o primeiro módulo da formação, teve a oportunidade de entrar em contato com o Programa Direito e Cidadania em 2018, em encontro realizado na cidade de Olinda.

Claudia diz que a formação é bem dinâmica. “A PAULUS apresenta uma linguagem muito lúdica por meio dos livros do kit; a gente abre a imaginação para trabalhar com todos os públicos”, conclui. Ainda em

2019, o Direito e Cidadania terá uma nova edição em tanto no litoral como no agreste.

Algo que fica cada vez mais evidente é a permanência e a continuidade da parceria estabelecida entre a PAULUS e os SCFV do litoral pernambucano. “Com a PAULUS é uma parceria eterna”, reforça Edson. “Acho que é um parceiro fundamental para esse nosso processo de articulação; vocês conseguem qualificar as intervenções nos SCFV a partir dos kits do Programa Direito e Cidadania, mas, para, além disso, a PAULUS está sempre presente quando a gente precisa e busca; é um parceiro muito disponível. A gente tem uma gratidão muito grande por ver que o único interesse é em fortalecer a Política da Assistência. É um interesse em qualificar o que a Assistência Social deve fazer nos municípios. Então, a gente tem essa ambição de continuar sempre como parceiros e, quem sabe, ampliar os horizontes para todo o estado de Pernambuco, junto com a PAULUS. Nosso alvo realmente é sempre crescer”, conclui.

Claudia, que nesse ano participa da capacitação para orientadores sociais, arremata: “A PAULUS vem como um divisor de águas, pois ela tem um foco de formação, mas traz outras coisas; ela faz com que o ser humano se descubra como um ser social, como agente transformador, porque muitas vezes você faz certas capacitações e sai do mesmo jeito. Nas capacitações da PAULUS, você sai inovado e querendo mais”, finaliza.



Foto: iStock

O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E A POESIA CONCRETA: ALGUMAS TRAVESSIAS

Por Fabio Maganha

“O real não está na saída, nem na chegada: ele se dispõe pra gente é no meio da travessia.”

João Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*.



Em conformidade com a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a Tipificação de Serviços Socioassistenciais no Brasil, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas a seus usuários, de acordo com o ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com a família e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Essa é uma forma de intervenção planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

O SCFV organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vista ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

A poesia, uma arte eminentemente social, é uma atividade humana milenar, presente em todas as sociedades. A fim de possibilitar uma reflexão abran-

gente sobre a função social da poesia, trouxemos a poesia concreta para potencializar as relações interpessoais no C.C.A. (Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente). Os poemas foram expostos em uma parede e em uma mesa em formato de dobraduras, cartazes, obras pictóricas, desenhos e, sobretudo, muita observação e escuta.

De acordo com Angela Maria Gasparetti:

“ (...) a Exposição Nacional de Arte Concreta, realizada por iniciativa do grupo concreto paulista, por Haroldo e Augusto de Campos e Décio Pignatari, no MAM/SP, em dezembro de 1956, e, no Rio de Janeiro (Ministério da Educação e Saúde), em janeiro e fevereiro de 1957, formaram por artistas das duas cidades. Essa exposição se tornou a primeira de caráter nacional envolvendo as artes de vanguarda, tanto no campo das artes visuais como da poesia concreta. Era composta de cartazes-poemas, obras pictóricas, esculturas e desenhos, de palestras e conferências, além do manifesto de 1956 sobre a teoria da poesia concreta (CASPRETTI, 2012, p. 2). ”

REFLEXÃO

A poesia concreta abandona a organização sintática e abole o verso, aproveitando a materialidade da linguagem e a espacialidade visual das palavras. Ao reinterpretar e ao recriar a estrutura da linguagem o leitor assume um papel mais atuante, capacitando-se para melhor ler, interpretar e atuar no mundo.

O leitor da poesia concreta pode identificar-se com o poeta, tornando-se coautor da obra, uma vez que lê interagindo e não somente assimilando. O leitor-criador percorre a mesma trajetória do autor ao dialogar com as disposições espaciotemporais do poema, realizando, assim, uma leitura performática. Para Zumthor (2000, pp. 39-40), “a performance é o único modo vivo de comunicação poética”. Ainda de acordo com o autor:

“ A performance e o conhecimento daquilo que se transmite estão ligados, naquilo que a natureza da performance afeta o que é conhecido. A performance, de qualquer jeito, modifica o conhecimento. Ela não é simplesmente um meio de comunicação: comunicando ela o marca. (ZUMTHOR, 2000, p. 37). ”

Percebe-se no poema concreto a importância do espaço como o ambiente de recriação da obra artística pelo espectador. A potencialidade visual e a presença física que os poetas concretos dão ao texto o tornam, ao mesmo tempo, imagem e objeto. A reciprocidade entre informação e suporte, a fisicalidade do suporte interpenetra o poema, aproveitando a materialidade da linguagem. Encontramos no poema concreto um poder colocador de existência, na medida em que para realizar sua leitura necessitamos do engajamento do corpo, isto é, uma leitura performática.

Por intermédio da observação no C.C.A. (Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente), escutamos três meninas atendidas pelo SCFV revirando a cabeça e movimentando o corpo para ler uma poesia concreta, intitulada “Cresce” (2010), do poeta Arnaldo Antunes, que deixamos exposta sobre uma mesa. Refletindo sobre esta interação, compreendemos a importância da poesia concreta naquele ambiente de aprendizagem mútua, pois, ao recitar a poesia simultaneamente, as meninas nos fizeram enxergar outras palavras – entre elas, a palavra “recrescer”.

Portanto, crescemos novamente, “recrescemos” na arte de conviver, sentimos nessa interação que só podemos ensinar se estivermos dispostos a aprender. Se pararmos de aprender, será mais difícil ensinar. A poesia concreta, tal qual um jogo de capoeira, marca

e é marcada pela interdependência do processo de ensino-aprendizagem.

Ninguém ensina ou aprende sozinho; somos marcados e marcamos nosso cotidiano de “ensinagem”. De acordo com mestre Curió (1998), “o capoeirista não sabe o que faz, os dois sabem, os dois são um só”. Bem como a poesia concreta, que só se concretizará a partir da interação autor-texto-leitor. Sendo assim, a poesia concreta pode nos ajudar a conviver melhor, a ler de maneira terna e séria, leve e profunda, a ler o mundo ao nosso redor de forma prazerosa e poética. Para realizar travessias primorosas, nossa pátria mãe gentil terá de oportunizar leituras amplas na vida de todos os brasileiros.



Foto: iStock.

Fabio Maganha é supervisor do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos “De Olho no Futuro”, da PAULUS, em Osasco.

PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA



O que é?

O Programa **Direito e Cidadania** investe na capacitação de orientadores sociais como ferramenta de qualificação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para isso, utiliza a ampliação do conhecimento e a discussão de temas atuais e cotidianos, na perspectiva de novos caminhos que visam a garantia de direitos e a inclusão social de crianças e adolescentes. Em sua aplicação, utiliza livros selecionados e elaborados exclusivamente para a proposta, fomentando de forma lúdica o debate social.

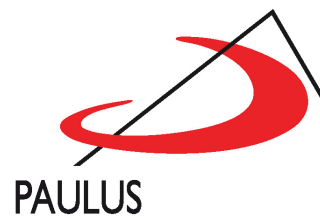
Quer saber mais?

Acesse paulus.com.br/assistencia-social



ASSESSORAMENTO DEFESA GARANTIA DE DIREITOS ATENDIMENTO

Assistência Social PAULUS
paulus.org.br



Baixe o app da PAULUS nas versões Android e IOS.



Imagem: freepik.com